

A diferença na escola: muitas perguntas, algumas respostas¹

Difference in school: many questions, a few answers

Anna Maria Lunardi Padilha *

RESUMO: Quando a proposta é refletir sobre a inserção do diferente na escola, é preciso pensar sobre que lugar é a escola e quem, na verdade, é diferente. A posição que a diferença assume na vida de cada um de nós ancora posições que tomamos diante dos alunos que temos na escola. A pergunta continua a nos incomodar: na escola tem lugar para quem é diferente?

PALAVRAS-CHAVE: Escola. Diferença. Inclusão. Exclusão

ABSTRACT: When one's purpose is to reflect about difference in schools, it is necessary to ponder what kind of a place a school is and who, in fact, is different. The position that difference assumes in our lives acts as an anchor to the positions we take in relation to our students. It is still disturbing to ask: is there a place in schools for people who are different?

KEYWORDS: School. Difference. Inclusion. Exclusion

Na escola tem lugar para quem é diferente? Uma pergunta como esta supõe análises complexas, sob diferentes mirantes. Primeiro, seria preciso que nós refletíssemos sobre o que é “lugar”. Depois, sobre o que seria “diferente” e então, sobre o que é “escola”.

Cada uma destas palavras, que de fato são conceitos, podem ser compreendidas sob diferentes concepções. O ponto de partida para se analisar as questões colocadas depende do nosso olhar sobre elas. Depende da nossa visão de sujeito, da nossa opção por qual seja o papel da escola; depende do que pensamos ser cultura, criança, educação...Quer saibamos ou não; quer tenhamos mais ou menos consciência, todas as nossas escolhas articulam-se com concepções teóricas que as explicam.

¹ Parte desta discussão foi publicada na Revista *Recriação* – Revista do CREIA – Centro de Referência de Estudos da Infância e Adolescência, Corumbá – Universidade Federal de Mato Grosso, 1999.

* Professora do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba – Unimep. E-mail: anapadi@terra.com.br

Escolher este ou aquele programa escolar; escolher esta ou aquela atividade; priorizar este ou aquele assunto, este ou aquele conteúdo; avaliar de uma certa forma ou de outra; apoiar-se em certos diagnósticos da deficiência; aplicar determinados testes; defender um projeto ou, pelo contrário, ser contra ele; aceitar certos modelos de ensino... enfim, qualquer opção está marcada por uma concepção. Parece-me importantíssimo que as concepções sejam explicitadas para que cada um de nós possa assumir posições de forma mais consciente e consistente.

Tomo a concepção de sujeito de Bakhtin (1992, p. 378), ou seja, do sujeito “em suas relações entre sujeitos: seu caráter concreto, sua totalidade, sua responsabilidade, seu caráter inesgotável, inconcluso, aberto”. Concepção que está de acordo com a de Lev Semionovich Vigotski, cuja matriz é também marxista: somos as relações sociais internalizadas. Sujeitos históricos, encarnados na cultura, simbólicos. Somos constituídos nas relações concretas com outros sujeitos, durante toda a nossa vida. O desenvolvimento humano não acontece apenas por forças biológicas porque somos biologicamente culturais e culturalmente biológicos. E a escola? Faz parte das relações concretas de vida daqueles que a freqüentam, assim como faz parte (por que faltando), das relações sociais dos que não a freqüentam ou freqüentaram, quando tratamos de coloca-la em lugar de destaque nas sociedades chamadas de letradas.

A pergunta inicial começa a nos incomodar. Será que escola não é apenas escola e pronto? O que é diferente pode não ser assim? E lugar? Como conceituar este substantivo?

Segundo o novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, “lugar é o espaço próprio para determinado fim”. Bem, parece fácil, portanto, formular a questão: a escola é o espaço próprio para os diferentes? A resposta, no entanto não está facilitada porque a escola parece-me, é o espaço próprio para os que são iguais.

Diferente, de acordo com este mesmo dicionário significa “o que não é igual; que não coincide; que diverge; variado; tem a ver com diversidade”.

A pergunta, então, ficaria assim: a escola é um espaço próprio para ensinar pessoas diversas, variadas, não coincidentes? A escola é espaço próprio para a diversidade?

Estamos cada vez mais distantes de uma resposta afirmativa: sim a escola é lugar também para os diferentes. Ela tem um mesmo programa para todos, que não é apropriado por todos; uma abordagem quase que única de avaliação - para os que são iguais e para os

que são diferentes, mesmo sabendo que os que são iguais, não são tão iguais assim. Mas a escola fica procurando um jeito de se programar para os que são os mais “iguais” a ela. Como assim? Iguais à escola? Mas o que é a escola? Quem é a escola? (na verdade, não é nada fácil levar a sério as palavras que falamos).

No Novo Dicionário Aurélio há, pelo menos, duas dezenas de significados para esta palavra. No entanto, o primeiro deles diz que “escola é o estabelecimento público ou privado onde se ministra, sistematicamente, ensino coletivo”. Será que coletivo quer dizer igual para todos? Para todos ao mesmo tempo? Isto o dicionário não diz, mas a história nos conta... e a nossa pergunta inicial poderia ficar assim formulada: no estabelecimento onde se ministra sistematicamente ensino coletivo tem espaço próprio para o que é divergente, para o que é variado e não coincidente?

A escola, no Brasil, nunca esteve em lugar de destaque, nem na sua Carta Magna. Conforme as necessidades dos grupos que estão no poder, as leis vão se arrumando, se ajeitando para colocar a escola neste ou naquele lugar social. A escola não tem importância por si mesma, como possibilidade privilegiada de exercer o direito ao saber, ao conhecer. Não se costuma pensar politicamente em país escolarizado, letrado, que lê e escreve – que sabe o que significa o que lê e escreve, tanto para sua vida quanto para a vida da sociedade; que produz e não apenas reproduz; que adquire conhecimentos sobre seus direitos e deveres; que desenvolve o espírito crítico.

Se as indústrias estão no comando econômico e necessitam de mão de obra boa e barata, é preciso que o governo determine urgentemente que se instalem escolas profissionalizantes. E começam cursos e mais cursos para preparar professores e salas de aula – propagandas para os jovens, pré anunciando o sucesso profissional. Caso o que se precise é de dinheiro emprestado dos bancos dos países ricos para pagar as contas dos bancos dos países pobres e estes órgãos estrangeiros determinarem que só emprestam a tal quantia caso não haja analfabetos neste país, nem evasão escolar, nem repetência, então corre o governo a determinar que haja escola para todos e que todos sejam aprovados, mudando de série automaticamente. Ao mesmo tempo há uma avaliação oficial que é feita para todos. Esta avaliação pretende avaliar o quê? E serve a quais interesses?

A elaboração dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), como parte de uma política neoliberal para a educação, precisa de um mecanismo de controle para garantir o

sucesso deste seu projeto e a avaliação nacional é uma das suas estratégias, como parte do plano de exclusão

dos que são rotulados de 'incapazes', utilizando para isso vários sinônimos, mais ou menos cínicos, mas que geralmente excluem os que fogem do 'padrão' esperado e delineado pelo capital, cuja 'lógica' pode ser buscada através das categorias de classe, gênero, raça, opção sexual, portador de deficiência (real ou fictícia). (GERALDI, 1999, p. 125).

Esta avaliação oficial tem sido defendida como se ela estivesse garantindo um ensino melhor preparando-nos uma “armadilha que [nos] impede de perceber e estudar os grandes problemas da educação” (BARRIGA, 1999, p. 83).

Esteban (1999, p. 14-15), analisando a questão da avaliação no cotidiano escolar, afirma que

freqüentemente a avaliação feita pelo professor se fundamenta na fragmentação do processo ensino/aprendizagem e na classificação das respostas de seus alunos e alunas, a partir de um padrão pré determinado, relacionando a diferença ao erro e a semelhança ao acerto.

A autora fala da avaliação miúda, aquela do dia-a-dia da sala de aula, mas que marca o erro como desconhecimento, revelador do não-saber e portanto, com toda valoração negativa. Desta forma a avaliação da escola e na escola, tem uma perspectiva excludente, “que silencia as pessoas, suas culturas e seus processos de construção de conhecimento” (ESTEBAN, 1999, p. 15).

Estas são questões que devem fazer parte de nossas reflexões, se o que se quer é discutir seriamente sobre educação, escola, formação de professores, diferença, inclusão...

Infelizmente, o Brasil está atrasado em relação ao cumprimento sério dos direitos humanos. Os deficientes, principalmente os pobres, não têm acesso aos bens culturais desenvolvidos pela humanidade. A ciência e a tecnologia avançam, sem, no entanto servir a todos. Não há escadas rolantes, rampas, ônibus com mecanismos especiais para todos os deficientes físicos... não há sequer escolas públicas aparelhadas para recebê-los, com as necessidades que têm... não há aparelhos auditivos disponíveis para todos os surdos da classe popular que deles precisam... não há Escolas Normais (salvo exceções que desconheço) que prepare seus futuros professores para a leitura da Língua Brasileira de

Sinais, a Língua dos surdos, ou que ensine o Braille, indispensável para a cegos poderem ler e escrever... Não fazem parte dos programas a questão da terra (e dos sem ela), dos negros, das mulheres, das crianças que vivem na rua... Aliás, o que vai ser das nossas escolas Normais? E dos nossos cursos de Pedagogia? Como estamos definindo as Políticas Públicas de nossa educação?

E quanto aos deficientes mentais? Quem são eles? Quem determina que alguém é mais eficiente ou mais deficiente que os outros? Mas, a lei diz que todos têm direito à educação e ao acesso aos bens culturais (diz mesmo?). Há uma legislação para a educação dos deficientes, cujo nome é Educação Especial. Mas, o que ela tem de especial? Especial por quê? Em quê? Ensina menos? Ensina mais devagar? Mas o que é ensinar mais depressa? O que é aprender mais depressa ou mais devagar?

Cabe aqui lembrar o que nos diz Foucault, cujas obras falam da vida humana, ajudando-nos a compreender o papel das instituições na vida das sociedades. Em seu livro *Vigiar e Punir* ele conta o nascimento da prisão e do manicômio e compara com o da escola – instituições modernas nas quais o controle expressa-se na construção dos corpos dóceis através da disciplina. A escola incorpora, assim, as estratégias de controle institucional: “A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza.” (FOUCAULT, 1997, p.163).

Em outro momento de sua reflexão, o que ele nos diz parece mais grave: “O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar, punir.” (FOUCAULT, 1997, p.164).

A escola deve punir a ignorância com as provas, os exames, as avaliações, as correções, as repetições, as cópias dos modelos... alunos e professores devem permanecer em silêncio, cumprir as ordens, sentarem-se assim ou de outra forma, conforme a determinação “da mais moderna pedagogia”. Devem escrever mais neste material do que em outro, também conforme as mais atuais determinações de algumas autoridades que ninguém sabe muito bem quem são... Sentar perto dos amigos, nem pensar... Vai sair conversa e vão formar grupinhos, e conversa e grupinhos não são coisas boas para a escola, para os presídios, para os hospícios. O corpo deve ser dócil e obediente... silente. “Nada de

ficar ocioso ou inútil. Um corpo bem disciplinado forma o contexto de realização do mínimo gesto” (FOUCAULT, 1997, p.138).

Os professores ficam, muitas vezes, à mercê dos manuais, das instruções, das resoluções, sem saber o que devem fazer, sem a coragem de juntos, formularem propostas e analisarem suas práticas. Há os que protestam contra essa situação perguntando quando é que vão falar o que devemos fazer? no lugar de terem sempre que assumir o *mea culpa* por estarem fazendo o que não devem. São manuais/guias de todo tipo. Antes, vindos de uma Secretaria daqui ou dali, agora, vindos em forma de parâmetros... Sempre vindos de algum lugar. E não nos esqueçamos que lugar é o espaço próprio para determinado fim.

É preciso perguntar, como fazem os filósofos ou como aqueles que, não aceitando passivamente o que lhes é imposto, questionam. É preciso parar um pouco a corrida contra o tempo para que as questões emergjam e nos provoquem: quem determina a finalidade do que se ensina? Quem determina o que é importante saber? Quem deve saber mais? Ou: quem deve saber apenas um pouquinho para não ficar um semi-analfabeto? Ou se é analfabeto ou se é alfabetizado. Não há semi gravidez, semi pobreza, semi-escola, semi-alfabetizado, semi politizado... As questões continuam as mesmas: quem deve saber? O quê? Por quê? Para quê?

Ter lugar na escola, não é apenas ter uma carteira, um uniforme, material escolar, merenda ou professor (mesmo que tudo isto faça parte da possibilidade de pertencer a uma escola). A questão é saber: quem tem lugar na escola, que lugar tem? Que tipo de relação vivencia?

São as relações entre as pessoas que determinam seus papéis sociais e estes, por sua vez, determinam a dimensão das relações – só há pai porque há o filho. Só há o professor porque há o aluno (aprendendo com o professor). Quem ensina, ensina para alguém que aprende. E quem é que aprende? Onde? Quando? Onde há ensino para aqueles que aprendem diferente do professor?

Muitos de nós, professores, nem ao menos sabemos como é que aprendemos o que sabemos ou porque será mesmo que não sabemos tantas outras coisas.

Quem aprende igual à escola? Não seriam aqueles que já sabem, independente da escola? Os iguais não seriam aqueles cujos pais já sabem e ensinam? Não seriam aqueles que já nasceram em um grupo social/econômico privilegiado? Não seriam aqueles que

ganham livros, lápis de cor, aquarelas, lousas, computadores... como presentes, nas festas dos primeiros aniversários? E os diferentes... são diferentes por quê? Em quê?

Não adianta tanta lei, tanta imposição, tantas resoluções, tantas comparações, tantas oficinas pedagógicas... Mesmo que tudo isto componha o fazer pedagógico, é preciso uma tomada de posição mais grave. Mais consciente, mais competente, mais criativa, mais comprometida politicamente com a classe popular.

Uma reflexão aparentemente simples nos convida a mudanças radicais: a escola existe para ensinar aos que não sabem, o quê? Para ensinar os que sabem, o quê?

Problemas de aprendizagem dos alunos não seriam então problemas de “ensinagem” da escola? Mas, quem ensina o professor? Quem educa o educador?

O leitor deve estar se perguntando: a que veio este texto? Só para falar que as coisas estão ruins? Veio dizer o óbvio? Veio criticar? A crítica pela crítica só destrói. É preciso construir. Isso tudo nós já sabemos! Pessimismo não resolve.

E não resolve mesmo. Vejo caminhos de superação de tantos problemas: vejo professores pesquisando sua própria prática; vejo professores refletindo sobre a sua ação, junto com outros professores que também refletem sobre a própria ação. Vejo professores, uns poucos aqui, outros poucos ali, que estão modificando o próprio olhar sobre o que venha a ser ensinar, aprender, eficiência, deficiência, diferença, semelhança... Vejo alguns poucos programas que elegem necessidades da comunidade como fio condutor das aulas. Vejo alguns professores mais autônomos, mais independentes, argumentado mais, porque estudando mais e conseqüentemente sabendo mais sobre o que fazem e dizem. Vejo professores que atuam em diferentes grupos sociais, levando a escola para construções sem paredes, para paredes sem lousa, porque assumem um papel revolucionário e corajoso junto àqueles a quem são negados os direitos à cidadania.

A questão colocada por mim no início continua presente, mesmo que, agora, com algumas indicações de que não é tão simples, assim, falar de inclusão. Não podemos nos esquecer de que o que se pretende não é apenas incluir na escola os excluídos, oferecendo vagas aos diferentes ou colocando-os junto com os chamados de iguais, como se, por um passe de mágica as diferenças se acabassem. É mais do que isto, no meu entender.

Para tratarmos da tão cantada inclusão, busco a inspiração em um dos poemas de Bertold Brecht, que nasceu em 1898, na Alemanha e passou a vida fugindo dos nazistas que

o perseguiram. O nome deste poema que escolho é 'Elogio ao aprendizado'. Convido a todos nós a transportar estas palavras tão preñes de sentidos múltiplos para nossos dias, para nossas vidas. Quem sabe, assim, conseguimos traçar algumas metas; possamos vislumbrar algumas possibilidades:

Elogio ao aprendizado

Aprenda o mais simples! Para aqueles/ Cuja hora chegou/Nunca é tarde demais!

Aprenda o ABC; não basta, mas /Aprenda! Não desanime!/Comece!

É preciso saber tudo!/ Você tem que assumir o comando!

Aprenda, homem do asilo!/ Aprenda, homem na prisão!/ Aprenda, mulher, na cozinha!

Aprenda, ancião!/ Você tem que assumir o comando!

Freqüente a escola, você que não tem casa!

Adquirira conhecimento, você que sente frio!

Você que tem fome, agarre/ O livro: é uma arma./ Você tem que assumir o comando!

Não se envergonhe de perguntar, camarada!

Não se deixe convencer/ Veja com seus olhos!

O que não sabe por conta própria/ Não sabe.

Verifique a conta./ É você que vai pagar.

Ponha o dedo em cada item/ Pergunte: O que é isto?

Você tem que assumir o comando.

Fico então me perguntando como deveriam ser as aulas; como deveriam estar organizadas as salas de aula (ou as aulas sem sala), quais deveriam ser as prioridades e encontro algumas respostas: ler, ler muito. Ler o mundo. Ler o próprio mundo, a própria vida. Ler o que dizem os jornais. Ler o que eles deixam de dizer. Ler poemas. Ler teatro. Ler literatura. Ler nossos direitos. Ler os documentos. Ler o que dizem os estudos da ciência. Ler sobre drogas, sobre AIDS, sobre vacinação... sobre saúde e sobre doença. Ler sobre as causas e possibilidades da saúde e da doença; as causas e possibilidades da fome e da desnutrição. Ler sobre o que a ciência não responde. Ler histórias de vidas (é, há tantas vidas para se ler...). Ler sobre as lutas de classe. Ler sobre as grandes amizades. Ler mapas; ler tabelas. Ler contos; crônicas; piadas. Ler cartas, ler bilhetes. Ler denúncias, ler argumentos, ler solicitações. Ler música, ler cinema. Ler o que se quer que os outros leiam. Ler o que escrevemos, o que falamos, o que pensamos, o que desejamos. Ler nossos sonhos desejados. Ler nossas angústias registradas... Ler para saber o que pensam os outros.

Ler para assumir o comando. Ler para concordar, para discordar, para saber, para tirar as dúvidas sobre o que nos falam as novelas, as propagandas na tevê. Ler para assumir o comando da própria vida...

E se os alunos não sabem ler? E se não entendem o que lêem?

Lemos para eles, lemos por eles, lemos com eles. Escutar a leitura do outro também é ler. Falar de suas vidas, de suas experiências, também é ler. Se formos esperar que nossas crianças e jovens aprendam a ler com perfeição para que possam conhecer, pela leitura, o que acontece no mundo e na vida, então, por certo demorarão muito e a maioria deles jamais terá acesso a bons livros, a bons romances, a notícias, a histórias; enfim, a maioria dos cidadãos brasileiros continuará marginalizada, mesmo que a lei os inclua na escola - mesmo que ocupem lugar nos bancos escolares, não ocuparão os lugares sociais destinados aos privilegiados.

O que a escola tem fornecido aos seus alunos como opção de leitura? O que os professores têm lido para seus alunos, diariamente? O que os professores têm lido em suas casas, diariamente? E nas bibliotecas? Nos encontros, nas reuniões? Professor é leitor? De quê?

Quem foi que disse que criança precisa ler frases soltas e curtas? Quando elas conversam, dizem apenas frases curtas e soltas? Quando brigam, quando pedem, quando recordam, quando fantasiam, quando mentem... dizem apenas frases curtas e simples? O que estou chamando de frases curtas não são aquelas que possuem poucas palavras, mas aquelas que não têm sentido.

Quanto a este aspecto, vale lembrar os estudos de Kleimam (1995) e colaboradores. O que é denominado “letramento” extrapola o mundo da escrita presente na escola. A escola é a mais importante agência de letramento, mas não o tem considerado, via de regra, como prática social. Alfabetização é uma parte apenas do processo de letramento.. Letramento é um conjunto de práticas sociais e os seus modos específicos de funcionamento são constitutivos das relações de identidade e poder.

Produzir textos, portanto, é mais que escrever palavras ou frases e só se pode ser letrado junto com os outros, na relação entre pessoas. Seus múltiplos sentidos são possíveis devido as múltiplas possibilidades de atribuir sentido. O texto deve produzir tensão, diferentes interpretações (previstas ou não), pois “o confronto de pontos de vista fazem da

sala de aula um lugar de produção de sentidos. E esta produção não pode estar totalmente prevista pela ‘parafernália da tecnologia didática’” (GERALDI, 1991, p. 112).

Que textos temos levado para as salas de aula que provocam múltiplos sentidos?

Só na escola as frases são curtas, as famílias são compostas por um pai, uma mãe e dois filhos sadios e brancos. Só na escola os problemas seguem a famigerada lógica do tipo “*mamãe comprou 5 dúzias de ovos*”; *José comprou três centenas de figurinhas*”... Só na escola se compra tanto. Se gasta tanto! Filhos de pais desempregados gastam horrores na escola, comprando, pagando, recebendo trocos... na ilusão de que assim deve ser porque a escola sabe o que diz... Mas a escola não sabe da vida deles... Não sabe com quantos pedaços de paus se faz uma casa na favela; não sabe quantos quilos de lixo são necessários para alimentar uma família... (e nem que no lixo tem mais comida que nas mesas deles). A escola não sabe que muitos pais chegam em casa tarde, a energia foi cortada por falta de pagamento, o salário não dá para o remédio que o posto de saúde não tinha para dar... Mas os professores sabem disso... E por que tudo isto não está nos programas escolares?

Que problemas propor? Que problemas da vida da comunidade devem ser transformados em problemas para serem discutidos e resolvidos? Que textos devem ser lidos e interpretados?

Que hipóteses são levantadas, em sala de aula, para resolver alguns dos muitos problemas do lixo do bairro? Da poluição? Da falta de esgoto? Do Posto de Saúde fechado? Da falta de emprego? Das mentirosas promessas que os políticos dizem? A escola sabe quem são os candidatos das próximas eleições? Conhece a vida de cada um deles? Discute com os alunos e seus pais sobre estas questões?

Na escola estão crianças que vieram de todos os cantos deste país. Faz parte dos programas escolares conhecer a vida destas famílias? A escola explica porque eles vieram de tão longe e estão cada vez mais pobres? Ou porque alguns deles vieram de tão longe e ficaram tão ricos? Estas questões e muitas outras, fazem parte das aulas de Geografia? De História? Por que a escola insiste tanto em começar pela casa, pelo bairro, pela cidade, de uma forma quase mecânica, cópia dos livros didáticos?

Quanto temos estudado sobre como as crianças aprendem? Por que será que há quem diga que se aprende da parte para o todo? Quem foi que disse que a vida da gente é

assim, toda dividida em partes, em seqüências tão lógicas, como quer a escola e as lições de classe e de casa?

Meu objetivo é o de ir desmontando e montando o que se pode entender sobre o lugar que os diferentes ocupam na escola. Não sei se estou conseguindo, mas estou tentando. Estou tentando dizer que é urgente (urgentíssimo) que os professores sejam sujeitos de sua prática. Que suas decisões pedagógicas sejam tomadas em vista das relações que se estabelecem entre os sujeitos que compõe o ato de ensinar, o ato de aprender e o contexto histórico-cultural destes atos. Estou tentando dizer que é preciso entender o mundo, as relações de poder, para poder compreender a escola, a sala de aula, os alunos...

Marx e Engels (1996, p. 13) insistem em dizer que “a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular [...]. É o conjunto das relações sociais” .

Tendo como matriz o pensamento de Marx, Vygotsky escreveu os postulados básicos de sua teoria histórico-cultural da mente humana. Para este autor,

a relação entre a funções psicológicas superiores foi outrora relação real entre pessoas [...]. A natureza psicológica da pessoa é o conjunto das relações sociais transferidas para a personalidade. Sua composição, gênese, função (maneira de agir) – em uma palavra, sua natureza – são sociais (VYGOTSKY, 2000, p.25-27).

O que acontece na vida entre as pessoas, transforma-se no que é pessoal. Não há oposição entre individual e social, mas uma articulação e interdependência absolutamente necessárias. O cérebro é o cérebro de um homem; a mão é a mão de um homem, o pensamento é o de uma pessoa.

A escola faz parte destas relações concretas de vida. Estas relações concretas de vida não ficam do lado de fora da sala de aula: os conflitos não ficam em casa, trancados no armário; os sonhos, as esperanças, as ilusões, os desejos, os medos... não ficam guardados nas mochilas durante as aulas – nem dos alunos nem dos professores... Na ponta do giz tem mais emoção do que se reconhece...

Volto à questão a que me propus: na escola tem lugar para quem é diferente? quem é diferente? O professor é diferente daquele aluno que tem problema? Ou o aluno que tem problema é diferente daquele outro que tem outro problema? Quais os problemas que os

alunos podem ter que não abalam as estruturas sólidas dos programas e da organização das salas?

Que organização de programa é este? A escola deve ensinar a quem? Onde? Que lugar tem na escola para aqueles que sabem diferente? O que é que eles sabem que a escola não sabe?

Como aprende aquele deficiente mental? A escola sabe? A escola pensa que todos os deficientes mentais aprendem da mesma forma? Pensa que todas as deficiências são iguais?

Não há igualdade nem nas deficiências, nem no que se chama de normalidade ou eficiência. Qual é a norma? A norma é normatizada por quem? Quem é normal?

Tantas perguntas... Quantas respostas? Serão tantas respostas quantas forem as reflexões que fizermos, as observações que registrarmos, as “coragens” que tivermos para transformar o que parece tão bom, certo e adequado... Respostas do tamanho do nosso compromisso. Soluções do tamanho da nossa coragem. Caminhos do tamanho do nosso envolvimento com as leituras e discussões. Saídas do tamanho da nossa interação com a comunidade e os problemas dela.

Mas a escola não é a salvadora da pátria como queriam alguns, tempos atrás. A escola faz parte da vida social mais ampla. A escola é parte e é todo. Compreender o alcance da escola é também condição para descobrir caminhos alternativos de fazer revolução.

Se diferente for o professor, a escola tem lugar para ele? Se diferente for o modo de vida daquelas pessoas que compõem o bairro da escola, a escola reserva lugar para este modo de vida? Se diferente for a visão do cego... Se diferente for a audição do surdo... se diferente for o dialeto e o modo de dizer a vida... se diferente for a crença na morte... se diferente for a religião... se diferente for a desesperança... têm lugar na escola? Se diferentes forem as esperanças... Se diferentes forem os salários dos professores... se diferentes forem as desgraças... se diferentes forem as doenças e os modos de curá-las... têm lugar na escola? Quantas vidas... quantas diferenças... Nós somos tão diferentes que, se tivéssemos tempo para que estas diferenças emergissem, talvez não saíssemos de uma reunião ou encontro sem mágoas, sem brigas, sem grandes amizades... não sairíamos sem

termos aprendido muito sobre a vida... sairíamos diferentes porque a diferença é condição de sobrevivência das espécies...

Penso que a pergunta que faço não mais poderá ser respondida sem antes suscitar em nós reflexões diversas, dúvidas e até certa angústia: na escola tem lugar para quem é diferente?

Diferente é o outro. E quem é o outro? O outro é a mulher para o homem. É o pobre para o rico, é o branco para o negro, é o homossexual para o heterossexual. É o falante para quem é surdo. É o que vê, para quem é cego.

O que acontece na maioria das vezes é que queremos afastar o outro, não queremos vê-lo porque nos incomoda. Não escutam a voz de quem nos incomoda. Não percebemos o silêncio de quem nos incomoda.

E o outro com dificuldades? Como é sua vida? Como foi sua infância? Como pensa sua família? Como foi tratado pelos profissionais que o avaliaram? Como foi avaliado pela escola? Qual foi o parâmetro de normalidade que esteve presente durante todo o tempo?

As limitações das vidas das crianças deficientes, os livros não contam. Os livros também não dizem como as vidas destas pessoas podem ser menos solitárias, menos enterradas em suas próprias dificuldades. Nós estamos mergulhados no mundo que chamamos de normal, mundo este que não sabe dar informações sobre a vida dos que são deficientes. Mas, nos achamos capazes de diagnosticar, de prescrever... nos achamos capazes de dizer o que eles sabem e o que não sabem; o que eles podem e o que eles não podem fazer... Com que direito?

Se formos nos orientar pelo que dizem os manuais médicos com suas descrições das doenças mentais, melhor seria a morte! Os deficientes querem viver e querem viver o melhor possível. Os diferentes querem espaço social para viver sem o sufoco da discriminação. Há uma ilusão de normalidade nos livros que estudamos na faculdade. A universidade está invadida pelos discursos patologizantes que não permitem que se conheça o outro como ele é. O outro vira doença, vira síndrome, vira distúrbio. O outro deixa de ser pessoa e passa a ser desatento, disléxico, hiperativo, imaturo, lento... Já não se sabe de que sujeito se fala; sabe-se apenas de que doença se fala: *“na minha classe tem dois alunos disléxicos”*; *“tenho alunos hiperativos”*... *“o problema são os imaturos”*...

Ao olhar este outro, meu aluno, a criança de rua, o deficiente mental, o cego, o surdo, o deficiente físico, a criança, a mulher, o negro, o homossexual, meu companheiro, meu amigo... preciso questionar o domínio da medicina sobre as questões da educação, com seus diagnósticos sobre os diferentes e deficientes. A medicina não pode mais ser o pai e a mãe da pedagogia e da psicologia. É preciso buscar o saber na reflexão sobre o cotidiano, olhando para os detalhes, ancorada no rigor teórico que nos ajuda a ultrapassar a visão preconceituosa de normalidade que a medicina nos impôs.

Há diversos modos de olhar para as pessoas: um deles é olhando o que lhes falta – olhar retrospectivo. Outro modo de olhar é prospectivo, olhar para frente, para depois... olhar para as possibilidades.

Quando eu fazia a pesquisa que resultou em minha dissertação de mestrado e depois na publicação de um livro², passei um tempo numa sala de aula de uma escola pública e nas instituições de saúde, que recebem crianças encaminhadas para serem avaliadas porque não aprendem como as outras. Pude ver, de perto, estes dois modos de olhar para a vida das pessoas.

Como resultado da avaliação de uma criança de nove anos pude ler o seguinte em seu relatório:

Testes psicológicos e pedagógicos aplicados: WISC, HAVEN, REVERSAL, Provas piagetianas, Teste Metropolitano de Prontidão, HTP.

Resultados das provas: escreve números até 3; reconhece numerais até 25; percebe quantidades até 3 (sem contar); nomeia partes do corpo; acerta no ditado somente as palavras da cartilha; levanta hipóteses para a escrita de outras palavras; leitura silabada; está no período operatório nas provas de classificação, seqüência, seriação e conservação de líquido.

Conclusão: idade mental entre 4 e 5 anos; médio inferior na prontidão para alfabetização; limítrofe (na classificação do Wisc); Q.I. Inferior; lento.

Em termos emocionais: criando fantasias com relação a sua esfera intelectual, pois pediria notas boas a uma fada; desejo de proteção; imediatista; sentimento de inferioridade; propõe-se a alvos inatingíveis.

² PADILHA, Anna M. L. Possibilidades de histórias ao contrário – ou como desencaminhar o aluno da classe especial. São Paulo: Plexus/Summus, 1997.

Encaminhamento: vai para a classe especial, lá se sentirá igual aos outros. Perceberá que todos são lentos e ficará mais calmo.

Poderíamos fazer dezenas de perguntas a partir deste relatório. A primeira delas é esta: ficamos espantados, condoídos, escandalizados...mas será que se tem feito muita coisa diferente disso?

Ou então perguntar: quem sonha em ser melhor, é louco? Quem quer a aprovação dos outros é deficiente? Quem escreve o que aprendeu na cartilha é ignorante? Ser imediatista é privilégio de criança com dificuldade na escola? (ou é o que nos impõe o neoliberalismo?) Desejar proteção é pecado? Para ser normal é preciso abdicar do direito de ser protegido?

Quem é médio inferior é o quê? É meio inferior ou meio superior? Em relação a quem? A partir de que visão de desenvolvimento e de aprendizagem? Ser operatório é ser o quê? O que é isto? Quem foi que disse que Jean Piaget fazia avaliações em crianças para saber se elas iriam para as classes especiais para deficientes mentais?

O que somos nós quando não sabemos lidar com as crianças que são diferentes da imagem que fazemos de criança inteligente e capaz? Operamos com a realidade de cada um de nossos alunos? Classificamos o mundo e compreendemos a crueldade do sistema capitalista? Então, não estamos ainda no período operatório?

Conseguimos mudanças radicais na escola? Conseguimos que os professores sejam mais valorizados? Então não sabemos seriar, incluir, comparar... Então somos todos deficientes *cívicos*. Deficientes em nossa cidadania...

Bem, mas prometi falar de modos de olhar. Um olhar retrospectivo e outro, prospectivo.

Nesta mesma pesquisa encontrei uma professora que acreditou nas possibilidades de um menino – o José – que depois de cinco reprovações no ciclo básico, estava sendo encaminhado para estes mesmos profissionais que avaliaram aquele garoto que pediria notas boas a uma fada... Esta professora aceitou o desafio de ensinar ao José o que ele não sabia. Teve coragem de descobrir o que José já sabia, mas que ninguém sabia que ele sabia. Esta professora teve coragem de romper com a tradição, com a discriminação e enfrentar a diferença que José representava – pobre, repetente, mais velho que seus colegas, desacreditado, com uma impossibilidade internalizada por fracassos sucessivos.

José aprendeu a ler e a escrever. Fez contas, resolveu problemas, experimentou a delícia e a dor de ser o que é. Teve amigos, foi ajudado por seu colega Marcos, que podia ficar sentado ao seu lado e ensinar o que sabia. Leu em voz alta para a sua classe, que com uma espontaneidade que só pode nascer de corações infantis, aplaudiu José...

José diferente, José contente, José com direitos e deveres. José cidadão.

Outra vez fico com receio que os meus leitores estejam perguntando, não mais a si mesmos, mas, agora, já cansados, perguntando uns aos outros: mas, e o que eu faço com as crianças que estão na minha classe?

Observe seus alunos, converse com eles, compreenda suas famílias, muitas vezes miseráveis, outras vezes já desanimadas de tanto ouvirem falar mal de seus filhos. Trabalhe junto com os pais e não contra eles. Traga para a sala de aula a relação cooperativa, a interação sincera entre os alunos, a ajuda mútua, tão necessária nestes tempos de guerra e de fome.

Traga a vida para a sala de aula, para a escola, para a instituição. Reflita sobre a própria vida, sobre as opções que nem sempre são opções (porque muitas vezes são imposições). Reflita sobre as condições que nos impõem as autoridades. Lembra a criança que foi, a companheira ou companheiro que foi, a aluna ou aluno que foi... Tudo isto é saber...Tudo isto é conhecimento. Tudo isto é método de ensino. É preciso lembrar que a miséria e a diferença têm cheiro, têm cor, têm endereço, têm nome... são os pobres, as mulheres, os negros, os deficientes, os diferentes...

Mas, a diferença faz a cultura. A diferença faz a arte. A diferença faz a democracia. Diferença é outra coisa, absolutamente diferente de desigualdade. Não queremos desiguais. As palavras de Maria Vitória Benevides são um convite à reflexão:

O contrário da igualdade não é a diferença, mas a desigualdade, que é socialmente construída, sobretudo numa sociedade tão marcada pela exploração classista. É preciso ter claro que igualdade convive com diferenças – mas que não são reconhecidas como desigualdades, isto é, não pode existir uma valoração de inferior/superior nessa distinção. A diferença pode ser enriquecedora, mas a desigualdade pode ser um crime. (BENEVIDES, 1998, p. 166)

Temos passado, presente e futuro, temos história. Cada pessoa tem uma história, cada povo tem uma história. Quando tudo se transforma em aqui e agora, nada faz mais

sentido porque fica descartável. Vamos levar para a escola a vida das pessoas, as histórias, as lutas, as diferenças. Enquanto nossos programas não estiverem absolutamente preenchidos com estudos sobre o que importa de verdade, as diferenças não vão ter lugar na escola.

O que teria sido de Helen Keller, menina cega, surda e muda se não fosse sua professora Ane Sullivan? O que seria deste menino ou desta menina se não fosse você?

Referências

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BARRIGA, A. D. Uma polêmica em relação ao exame, In: ESTEBAN, M.T. (org.). *Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
- BENEVIDES, M. V. *Educação para a cidadania e em direitos humanos*. Anais do IX ENDIPE, V.1/1. Águas de Lindóia, 1998.
- BRECHT, B. *Poemas 1913-1956*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ESTEBAN, M. T. Avaliação no cotidiano escolar, In: _____. (org.). *Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GERALDI, C. M. G. A cartilha Caminho Suave não morreu: MEC lança sua edição revista e adaptada aos moldes neoliberais, In: ESTEBAN, M.T (org.). *Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
- GERALDI, J. W. *Portos de Passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- KLEIMAN, Ângela B. *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
- MARX, K & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- PADILHA, A. M. L. *Possibilidades de Histórias ao contrário ou como desencaminhar o aluno da classe especial*. São Paulo: Plexus, 1997.
- VIGOTSKI, L. S. O Manuscrito de 1929. *Educação & Sociedade*, ano XXI, n. 71, julho de 2000, 2. ed.

Recebido: setembro/2003
Aprovado: outubro/2003